



## **XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã**

**Tema central:**

**Comunicação e as lutas por cidadania na disputa de hegemonias  
19 a 21 de outubro de 2022**

**Iniciativa e Realização**

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,  
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**  
Universidade Estadual de Londrina – UEL  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – **PPGCom UEL**

---

### **GRUPOS DE TRABALHO**

---

#### **Produção Midiática Acessível na Extensão Universitária: o trabalho do Laboratório “Biblioteca Falada”<sup>1</sup>**

**Caroline Vieira Lourenção**

Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências (FC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru.

**Gabriel de Ávila de Almeida**

Graduando do curso de Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia (FE) de Bauru da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru.

**Guilherme Ferreira de Oliveira**

Graduando do curso de Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru.

**Guilherme Mori Magalhães**

Graduando do curso de Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru.

**Suely Maciel**

Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru.

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar a iniciativa da produção de mídias e tecnologias acessíveis por parte do Biblioteca Falada como uma possibilidade alternativa de enfrentamento das barreiras comunicacionais presentes no cotidiano das pessoas com deficiência visual. Para isso, utiliza-se uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo para apresentar os processos de produção midiática do Laboratório e aspectos dos formatos nele elaborados. São apresentados o processo de produção (coleta de demandas/informações, roteirização, consultoria, locução e edição/sonoplastia), os formatos de mídia acessível para a promoção do acesso à cultura e ao entretenimento e também uma outra aplicação para o acesso à cidade e aos entornos. A partir deste trabalho, salienta-se a importância produzir comunicação

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no **GT 1 - Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania** da XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2022, de 19 a 21 de outubro de 2022 – realizada pela ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, Universidade Estadual Paulista (UEL) e Programa e Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM-UEL.

partindo da premissa de que a acessibilidade é um meio para que pessoas com deficiência possam desfrutar dos direitos humanos. Dentro das universidades esse processo de produção deve fugir do caráter assistencialista e deve assumir uma perspectiva dialógica, produzindo juntamente com o seu público, não apenas entregando-lhes um produto final ou um conhecimento técnico.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Comunicacional; Deficiência; Direitos Humanos; Extensão Universitária; Inclusão.

## **Introdução**

O histórico das concepções de deficiência é marcado pela ideia do senso comum de relação direta entre questões orgânicas e individuais da deficiência. Ideia esta responsável por reproduzir uma representação de incapacidade da pessoa com deficiência perante os indivíduos fora dessa condição, demarcando a diferença no campo da anormalidade e do desvio. Nesse sentido, vê-se uma relação direta entre esse modo de conceber as pessoas com deficiência e o modelo médico, o qual reproduz um discurso sobre esses corpos enquanto lesionados, com impedimentos corporais, e, conseqüentemente, com necessidade de correções (MAIOR, 2017).

Assim, diante desse histórico de estigmatização, após muita luta das pessoas com deficiência e o desenvolvimento de outras concepções, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que estabelece os direitos desse grupo minoritário com base na equidade e não na discriminação. Junto a ela, fortalece-se o movimento de inclusão social que visa, por princípio, “assegurar a cidadania plena e a justiça social a todos” (MAIA, 2015, p. 70), de modo a buscar melhores condições para uma vida social digna. Diante disso, é contemplado pela LBI, dentre outros aspectos, o exercício pleno da cidadania em relação à comunicação das pessoas com deficiência.

O acesso à informação e à comunicação, enquanto direito garantido pela Constituição e reforçado pela LBI, é fator condicionante no exercício pleno da cidadania. A partir do acesso à informação, pelos meios de comunicação e outros processos comunicacionais, os indivíduos podem tomar decisões, exercer seu papel cívico, ter acesso à cultura e ao entretenimento etc., de forma que a comunicação seja parte imprescindível do cotidiano de qualquer cidadão. No caso das pessoas com deficiência, barreiras impostas pela interação entre deficiência e a sociedade impedem o acesso pleno à informação. A exemplo disso, tem-se a informação amplamente difundida apenas de forma imagética, dificultando que pessoas com deficiência visual tenham acesso a ela; ou então, a informação apenas sonora, sem nenhuma disponibilização do texto escrito ou interpretação na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Neste cenário, existem iniciativas que buscam a eliminação de tais barreiras, como no caso

do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Comunicação Acessível “Biblioteca Falada” (BF) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru/SP. Este laboratório atua na promoção da cidadania de pessoas com deficiência visual a partir da produção de Mídia Sonora Acessível (MSA) e Audiodescrição (AD), com base no desenvolvimento de atividades extensionistas em conjunto com o Lar Escola Santa Luzia para Cegos (LESL) de Bauru e outras organizações e coletivos. O BF também desenvolve estudos e pesquisas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Linguagem e Mídia Acessível” (GELIMA) e atua na difusão de conhecimento com a promoção de palestras, oficinas, cursos e publicação dos resultados de pesquisas e atividades desenvolvidas.

Assim, este trabalho objetiva apresentar a iniciativa da produção de mídias e tecnologias acessíveis por parte do Biblioteca Falada como uma possibilidade alternativa de enfrentamento das barreiras comunicacionais presentes no cotidiano das pessoas com deficiência visual. Para tal, opta-se por uma exposição de abordagem qualitativa e descritiva dos processos de produção midiática do Laboratório, com base nas experiências dos envolvidos com o trabalho do Biblioteca Falada e em pesquisa bibliográfica acerca das temáticas: deficiência no campo da extensão universitária; direito à informação e à comunicação; acessibilidade comunicacional e os estudos de *Media Accessibility*.

O trabalho, primeiramente, expõe os principais pressupostos teóricos da pesquisa bibliográfica que subsidiam o trabalho do Biblioteca Falada. Em seguida, após a descrição dos procedimentos metodológicos, são apresentados os principais eixos do laboratório: as etapas de produção de mídias acessíveis (MSA e AD); a idealização e o desenvolvimento em colaboração com pessoas com deficiência visual de um aplicativo de geolocalização com áudios histórico-informativos e audiodescrições de pontos de interesse da cidade de Bauru.

### **Extensão e Deficiência: construções para além do assistencialismo**

No Brasil, segundo a Constituição Federal (1988) as universidades são entidades baseadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este último pilar consiste na difusão e construção do conhecimento junto à sociedade.

A extensão pode se manifestar como atividades nas suas mais diversas formas, como cursos de curta ou longa duração, programas, projetos, entre outros. Segundo Freire (2013[1968]), a extensão não pode ser entendida como um mero “estender” de um conhecimento que parte do que se julga sabedor até o que é julgado não sabedor. Esta lógica acaba reduzindo este último, objetificando-o e ignorando toda a sua construção de sentidos e visão de mundo. A extensão deve, segundo o autor, fazer com que uma determinada temática seja, primeiramente, percebida. Uma vez consciente, o indivíduo deve se apropriar criticamente do lugar que ocupa no mundo para que seja capaz de transformar sua realidade de modo a humanizar-se (FREIRE, 2013[1968]).

Ainda segundo Freire (2013[1968]), o conhecimento do qual a extensão se apropria só pode ser construído a partir do confronto entre o indivíduo e o meio no qual está inserido, podendo ser uma relação homem-homem ou homem-mundo. Considerando-se a gama de possibilidades sobre a qual se dá a extensão entre as diversas áreas do conhecimento, todas estas devem sempre ter a troca entre o conhecimento e a aprendizagem de valores e aspectos culturais da comunidade como eixo central (NUNES; SILVA, 2011).

Porém, é importante ressaltar que a extensão universitária ainda é atravessada por uma forte relação assistencialista para com a população. O assistencialismo se caracteriza por uma relação alheia à participação da comunidade, de modo que toda a elaboração da ação universitária se torna uma propriedade da academia, e os segmentos sociais em questão se reduzem a meros agentes passivos das intervenções. Neste ínterim, as demandas sociais não são, de fato, buscadas e estudadas pelos extensionistas, podendo ser atendidas ou não.

No caso de pessoas com deficiência, o que ainda ocorre, em diversos campos do conhecimento, é uma redução desse grupo à condição de passividade, de modo que as intervenções da extensão são pensadas por pessoas sem deficiência e não há promoção da inclusão (GESSER; MORAES; BOCK, 2020).

Pensar na extensão universitária enquanto promotora da inclusão significa pensá-la de maneira não-assistencialista com as pessoas com deficiência. Para isso, é importante que se desenvolva uma prática de ensino, pesquisa e extensão que conte com a participação ativa de pessoas com deficiência no processo de produção de conhecimento relacionado a elas (GESSER; MORAES; BOCK, 2020).

Esse processo envolve questões como a pessoa com deficiência deixar de ser tratada como objeto da extensão, e passar a ser uma produtora de conhecimento tão primaz quanto qualquer pessoa. Assim, é preciso reafirmar a necessidade da pessoa com deficiência participar desde a concepção das ações contidas no ensino, pesquisa e extensão, não sendo somente um usuário final.

Nesse sentido, o elo de ligação entre a extensão e a população (no caso, as pessoas com deficiência), partindo de um pressuposto emancipatório, não deve se dar com base em uma realização “para” ou “sobre” o outro, mas “com”, de modo a realmente garantir a inclusão social (GESSER; MORAES; BOCK, 2020).

### **Direitos Humanos, Acessibilidade e Comunicação**

A discussão acerca dos direitos humanos tem conquistado espaço nos debates políticos e sociais nas últimas décadas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU], 1948) apresenta um conjunto de direitos que se baseia na dignidade de toda a família humana. Assim, os direitos humanos são destinados para todo e

qualquer indivíduo, isto é, não se restringe a um determinado grupo ou suas necessidades específicas (GRECO; JANKOWSKA, 2020). Adicionalmente, Greco (2018) afirma que os direitos humanos repousam sobre dois pontos principais: a dignidade humana e o acesso. A dignidade humana é tratada como sendo um padrão mínimo aceitável de qualidade de vida a que um indivíduo tem direito apenas por existir, enquanto o “acesso” aparece timidamente, mas como aspecto processual para a dignidade humana (GRECO, 2018).

Entre os direitos declarados, no Artigo 19 temos que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, s/p). No processo de receber e transmitir informações, encontram-se os processos comunicacionais, uma vez que estes se constituem de processos dialógicos. A partir disto, tem-se que a acessibilidade se apresenta como um meio que dispõe de várias ferramentas que, por sua vez, objetivam fazer com que as barreiras entre o indivíduo e as trocas de informação sejam superadas (GRECO; JANKOWSKA, 2020).

Segundo Greco e Jankowska (2020) e Greco (2016), a acessibilidade não pode ser enquadrada como sendo, em si, um direito humano, mas sim um princípio proativo que objetiva garantir acesso aos direitos humanos. Assim, mesmo que atenda demanda de alguns grupos específicos como das pessoas com deficiência, a acessibilidade não poderia configurar um direito humano, mas ainda deve ser considerada como um meio de promoção de outros direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (GRECO, 2016; GRECO; JANKOWSKA, 2020).

Greco (2018; 2016) apresenta o princípio proativo como sendo uma postura atitudinal proativa da parte dos responsáveis para fazer com que um direito exista. Assim, ainda que dentro da Declaração Universal dos Direitos Humanos apenas dois direitos humanos sejam apresentados explicitamente na fórmula “direito ao acesso a”, cabe aos Estados signatários fazer com que o acesso aos demais direitos apresentados na Declaração seja uma realidade (GRECO, 2018).

Uma das formas de se promover o direito à comunicação é com o uso de recursos de acessibilidade. Tais recursos atuam como facilitadores e promotores do acesso. Ellis e Kent (2011) e Ferraz (2020), pela perspectiva da acessibilidade 2.0 e da multimídia, afirmam que a acessibilidade se dá pela oferta de formatos alternativos, no que se refere à comunicação digital e à acessibilidade web. Pode-se expandir tal perspectiva para o entendimento da acessibilidade no contexto da comunicação como um todo.

De forma geral, os formatos de acessibilidade comunicacional mais conhecidos são geralmente associados às possibilidades sensoriais de acesso, como a audiodescrição de produções audiovisuais, a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) e a janela de Libras. Mas, pode-se dizer que existem muitos outros, uma vez que ao conceituar a acessibilidade como condição de

rompimento de barreiras de acesso, outras modalidades e a disponibilização de conteúdos em outros formatos - e em outras linguagens - devem ser considerados.

Tem-se a exemplo disto, a Linguagem Simples e a Leitura Fácil (GARCIA MUÑOZ, 2015), os diversos formatos em linguagem audiodônica (tanto radiofônicos como sonoros em geral) (MACIEL; SILVA, 2017) como os audiolivros, os livros falados etc., as descrições de imagem como atributo Alt em *websites* e em mídias sociais (JESUS, 2018), o braille, e até mesmo o texto corrido. O texto, quando disponibilizado para leitura em certos aparelhos eletrônicos e digitais, pode ser “lido” por *softwares* Leitores de Tela, identificadores de texto para Avatares de Libras, linha Braille etc.

Greco e Jankowska (2020) explicam mais sobre esses formatos, por eles denominados modalidades de MA (*Media Accessibility*). Os autores reforçam o ponto já apresentado de que a acessibilidade pode se fazer presente como diversos artefatos midiáticos, não apenas aqueles baseados em modalidades tradutórias intersemióticas, como a AD, a LSE e a Janela de Libras. Os autores explicam que, em uma perspectiva mais recente, pode-se dizer que “MA diz respeito ao acesso a objetos, serviços e artefatos midiáticos e não midiáticos por meio de soluções de mídia, para qualquer pessoa que não possa acessá-los parcial ou totalmente em sua forma original” (GRECO; JANKOWSKA, 2020, p. 64).

Existem, assim, diversos tipos de produtos comunicacionais acessíveis, sejam eles baseados em aspectos da tradução entre línguas (possibilidade de acesso para estrangeiros e não alfabetizados na língua do produto), em aspectos da tradução entre linguagens e signos diversos (como as modalidades de tradução audiovisual), ou então simplesmente formatos já reconhecidos como uma forma comum de acesso (GRECO; JANKOWSKA, 2020), como o áudio por si só (ORERO; MARTÍN; ZORRILLA, 2015).

A partir de tais considerações, percebe-se que a ampliação do acesso à informação e à comunicação pode se dar tanto a partir da inserção de recursos de acessibilidade em produtos de comunicação e artefatos midiáticos como também pela própria natureza de diversas linguagens e formatos de comunicação e mídia. Segue-se então para a apresentação dos formatos produzidos pelo Biblioteca Falada.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo. O percurso metodológico traçado engloba, primeiramente, um estudo bibliográfico, já apresentado nas seções anteriores, sobre Direitos Humanos, Deficiência e Extensão Universitária, Acessibilidade Comunicacional e Midiática. Martino (2018) explica que a pesquisa bibliográfica, embora possa compor todo um trabalho com exclusividade, é também uma etapa essencial para o

desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e técnico-científicos que adotam mais técnicas de pesquisa.

As temáticas estudadas são tomadas aqui pelas perspectivas de promoção de uma extensão universitária emancipatória no que tange à deficiência; da acessibilidade enquanto um meio para se garantir o direito à informação e à comunicação; e da diversidade de produtos comunicacionais acessíveis. Dessa forma, é sob a ótica desses conceitos que o trabalho do Biblioteca Falada é realizado.

Em seguida, a partir das experiências dos autores e do trabalho desempenhado no Biblioteca Falada, descreve-se quais são os processos de produção midiática do Laboratório, assim como alguns aspectos dos formatos elaborados.

### **A produção de Mídia Acessível no Biblioteca Falada**

O Biblioteca Falada organiza o processo de produção de MSA e AD em algumas etapas. Elas se dividem em coleta de demandas e informações, roteirização, locução/narração e edição/sonoplastia, conforme os parâmetros de produção de mídia sonora (MALULY; VENÂNCIO, 2018; LÓPEZ; VIGIL, 2003) e da linguagem audiofônica (BALSEBRE, 2005). Os processos tendem a ser os mesmos, tanto para MSA quanto para AD, com algumas poucas diferenças entre si.

Na primeira etapa, o critério de escolha das produções é baseado inteiramente na solicitação de pessoas com deficiência visual, as quais notificam suas demandas para o Laboratório. As demandas partem de alunos do LESL, como também já partiram de outras entidades de pessoas com deficiência visual, como o Centro de Prevenção à Cegueira (CPC) de Americana. Ainda, qualquer pessoa pode solicitar uma demanda pelas redes sociais do Laboratório, por e-mail e pelo *website*. Dessa maneira, as pessoas com deficiência visual não apenas recebem passivamente os produtos, como são essenciais desde a primeira etapa de produção.

No que se refere à roteirização do conteúdo, todos devem seguir os parâmetros de produção para mídia sonora e da linguagem audiofônica. Após a escrita da primeira versão pelos estudantes roteiristas, dentro da equipe de produção sonora, o roteiro é encaminhado para a revisão, feita por outros roteiristas e a coordenadora geral do Laboratório. Neste momento, é realizada a adequação gramatical e de estilo, além da verificação da conformidade com os parâmetros estabelecidos.

No caso dos roteiros de AD, além dos parâmetros mencionados, são consideradas também as diretrizes de audiodescrição, conforme normatizações e estudos da área (ABNT-NBR 16452, 2016; NAVES *et al.*, 2016).

Posteriormente ao período de revisões, os roteiros de AD, em específico, são encaminhados para a avaliação de audiodescritores-consultores cegos, os quais realizam um controle de qualidade (MIANES, 2016) relacionado à construção da imagem mental esperada do ouvinte. É importante

salientar a importância da participação ativa dessas pessoas no processo de produção, haja vista que não correspondem apenas a consumidores finais, isto é, meros objetos da extensão, mas como detentores de conhecimentos e experiências de vida imprescindíveis para a garantia de um resultado final de qualidade. Mianes (2016) explica que a etapa da consultoria não diz respeito somente a garantia de qualidade, como também da efetiva inclusão de pessoas com deficiência na produção e na profissionalização destas.

Após a finalização dos roteiros, os textos seguem para locução e edição/sonoplastia. Essas etapas também apresentam como fundamento a linguagem audifônica, de modo que alguns elementos são basilares para seus modos de fazer, como nuances de voz e ritmo, na locução, a definição de trilhas sonoras, a mixagem e a justaposição de elementos, na edição, inclusive a consideração de espaços de silêncio (BALSEBRE, 2005). Para os áudios, em geral, opta-se por uma locução adequada à temática trabalhada. Já para as ADs, a locução é nomeada de narração, e é sóbria e mais constante, podendo ter nuances de acordo com o roteiro e o que está sendo descrito. Na edição, todos os áudios são tratados com o *software* Audacity, buscando limpar ruídos e ajustar volumes. No caso da AD, usualmente não se utiliza da sonoplastia e da inserção de trilhas sonoras como *background* (BG), uma vez que o objetivo é manter a atenção do ouvinte no que está sendo descrito.

As etapas de locução e edição/sonoplastia são de responsabilidade, assim como na roteirização, da equipe de produção sonora, composta por estudantes supervisionados pela coordenadora geral. Em alguns casos, professores e alunos do LESL também são convidados a participar da locução destes roteiros. Por fim, as produções são entregues diretamente no LESL, em CD/DVD, ou por e-mail, link do *Google Drive*, WhatsApp e outros canais de preferência dos solicitantes.

A opção do Laboratório em fazer uso do recurso de áudio se deve a uma característica central: a informação em formato sonoro é aliada da pessoa com deficiência visual (GODOY, 2003), uma vez que na ausência da visão, outros sentidos são acionados e utilizados com mais frequência para a construção de um imaginário “imagético” da realidade do mundo a partir do som (BALSEBRE, 2005). Reconhece-se, como comentado anteriormente, o áudio como uma Tecnologia Assistiva importante para o acesso à informação (MACIEL; SILVA, 2017).

Diante disso, é possível estabelecer uma relação entre a característica central da produção do Biblioteca Falada e o fato de que artefatos midiáticos podem ser simples, mas mesmo assim, serem acessíveis por sua natureza de formato e linguagem, como apresentado na concepção de *Media Accessibility* no que tange à diversidade de tipos de produtos comunicacionais acessíveis (GRECO; JANKOWSKA, 2020).

Uma possível aplicação, em um contexto de promoção do acesso à cultura e ao

entretenimento, são os diferentes formatos possíveis de áudio, como por exemplo o audiolivro, o livro falado (JESUS, 2011), o documentário em áudio, entre outros que possibilitam o acesso à informação pelo som - não mais pela leitura da linguagem escrita - bem como a audiodescrição de produtos audiovisuais. Dos exemplos mencionados, tem-se que o audiolivro corresponde à narração do conteúdo de um determinado livro com interferência artística de quem locuta, recursos de sonoplastia e descrição de artefatos visuais, como imagens e gráficos; já o livro falado se difere à medida que seu objetivo é transmitir a informação contida no livro com o mínimo de interferência possível.

Em relação à produção de AD, o Biblioteca Falada atua na produção de audiodescrição de imagens estáticas e de produtos audiovisuais, como de atributos físicos de personagens da teledramaturgia (MACIEL; CARUSO, 2017), de documentários e curta-metragens (VANDERLEI *et al.*, 2016). No caso da AD de personagens, dedica-se à descrição de características físicas, como cores de cabelo, expressões faciais, vestimentas, etc. Já nas ADs de outros produtos audiovisuais, descreve-se também o cenário, elementos da linguagem cinematográfica etc. Estes foram exemplos de produções do Biblioteca Falada que possibilitam o acesso à cultura e ao entretenimento. Entretanto, existem outras aplicações para o uso de mídias acessíveis, como será apresentado a seguir.

### **Produção Midiática Acessível para o aplicativo “SIGA - Guia Acessível da Cidade”**

Além dos produtos mencionados anteriormente, existem outros contextos de aplicação de produtos midiáticos acessíveis, como na promoção do acesso à cidade, ao turismo e ao exercício cotidiano de ocupação e transição em espaços corriqueiros. Está é a proposta do aplicativo “SIGA - Guia Acessível da Cidade”, que surge da demanda por informações sobre construções, espaços públicos e vias cujas características físicas não são acessíveis para pessoas com deficiência visual, bem como a falta de parâmetros para a construção de um mapa mental para auxiliar no processo de deslocamento urbano.

A fim de fazer com que estas barreiras (tanto de acesso à informação quanto de conhecimento dos ambientes e paisagens apenas pela visão) sejam superadas de modo a promover a emancipação das pessoas com deficiência visual na cidade de Bauru, o aplicativo utiliza de áudios histórico-informativos e audiodescrição de pontos de interesse para fazer com que informações históricas, curiosidades locais e aspectos físicos, estruturais e arquitetônicos sejam acessíveis. Os pontos com os respectivos áudios são incorporados a um sistema de geolocalização integrado ao *Google Maps* e acessível pelo computador ou aplicativo.

Ao utilizar os áudios associados a um determinado local, pode-se classificar tal artefato como uma mídia locativa, conforme definido por Lemos (2008). Este tipo de mídia objetiva

oferecer recursos que contribuam para uma melhor experiência de deslocamento e conhecimento de aspectos da mobilidade urbana (LEMOS, 2008), ao passo que seja possível, no caso do SIGA, conhecer melhor os principais pontos da cidade de Bauru, em especial os pontos que constituem o deslocamento diário das pessoas com deficiência visual.

Assim, de modo geral, o aplicativo visa reduzir as desigualdades que atingem principalmente as pessoas com deficiência visual, embora possa promover o acesso também para pessoas com deficiência intelectual, não-alfabetizadas, pessoas idosas ou qualquer usuário que consome informação a partir do áudio.

A ideia do SIGA surgiu a partir da demanda de alunos com deficiência do LESL, em especial após uma visita guiada com audiodescrição na qual os participantes puderam conhecer os estúdios e ambientes da Rádio Unesp, localizada no campus da Unesp Bauru. Para tal, foi desenvolvida uma metodologia de visita guiada com audiodescrição ao vivo que englobasse aspectos físicos dos ambientes visitados (MACIEL; OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2022). A partir do *feedback* e das impressões dos alunos do LESL, a ideia de ter mais experiências próximas àquela foi trazida à tona. Assim, seria positivo acessibilizar a informação de mais locais nos quais as pessoas com deficiência visual já frequentavam e/ou desfrutavam de seus serviços e lazer.

Os alunos do LESL desempenharam um papel fundamental na definição dos locais a serem incluídos no aplicativo, uma vez que a íntima participação do público é fundamental para que a aplicação tenha valor, relevância e não seja mais uma produção técnica da academia desalinhada da realidade social, como muitas práticas assistencialistas já mencionadas anteriormente. Parte-se da ideia de que cabe ao público com deficiência visual determinar quais seriam os locais relevantes, considerando suas práticas cotidianas. Assim, os alunos trouxeram os principais pontos de interesse presentes nos seus trajetos de deslocamento diário e pontos de relevância cultural pela cidade de Bauru. Uma vez definidos os locais, os integrantes do Biblioteca Falada visitaram cada local listado para obter informações e fotografias autorais que serviriam para apoiar a audiodescrição dos espaços e ambientes.

A escolha dos formatos sonoros como mídia acessível deu-se, pela expertise do Biblioteca Falada com a produção de áudio, mas principalmente pelo reconhecimento deste formato como facilitador e companheiro da pessoa com deficiência visual (GODOY, 2003). Além disso, para que o acesso ao conteúdo não fosse prejudicado pela escolha de plataforma utilizada, optou-se por disponibilizar a função de *download* de todos os áudios que compõem o aplicativo em uma seção dedicada dentro do site do Laboratório.

No aplicativo, considerando princípios universalistas (GRECO, 2018), objetivou-se disponibilizar as produções em diversos formatos que os integrantes do Biblioteca Falada estivessem capacitados para produzir. Assim, o SIGA conta com uma página para cada ponto de

interesse, e nessas páginas são disponibilizados: imagem de cada local, com sua respectiva descrição como atributo Alt (texto alternativo), um texto-resumo simples sobre o local, o áudio histórico-informativo, a audiodescrição e um botão que leva para os arquivos dos roteiros de ambos os áudios. A partir deste último, a navegação com outros *softwares* pode possibilitar o acesso por diversas potencialidades sensoriais. Sabe-se que o ideal seria disponibilizar também uma versão em Libras e em Leitura Fácil, sendo este último um formato futuro que o Biblioteca Falada pretende começar a desenvolver.

### **Considerações finais**

Este trabalho objetivou apresentar a iniciativa da produção de mídias e tecnologias acessíveis por parte do Biblioteca Falada como uma possibilidade alternativa de enfrentamento das barreiras comunicacionais presentes no cotidiano das pessoas com deficiência visual. Assim, a partir do exposto, entende-se que a produção em comunicação, pensada a partir dos Direitos Humanos e da garantia do direito à informação e à comunicação, deve considerar a acessibilidade como meio e processo para tais fins.

Ainda, é papel da universidade, a partir de uma perspectiva dialógica e não-assistencialista, realizar a prática extensionista com pessoas com deficiência visual, e não somente para elas. Ou seja, considerar os indivíduos e seus saberes como agentes essenciais da produção de conhecimento e produções técnicas, não apenas como meros receptores de algo. Nos exemplos apresentados, as pessoas com deficiência visual que atuam com o Biblioteca Falada participam na escolha do que será produzido (os temas, os áudios, ou até mesmo um aplicativo inteiro) e na produção dos artefatos midiáticos (nas etapas de revisão, consultoria e em alguns casos de locução).

No caso do aplicativo SIGA, objetiva-se atuar ativamente com o público-usuário do aplicativo através da colaboração para obtenção dos locais, na consultoria das audiodescrições, na curadoria e definição dos parâmetros que guiam o deslocamento espacial na cidade e da dependência para decidir a expansão e inclusão dos locais da cidade. Assim, busca-se a superação do modelo assistencialista para o qual projetos de extensão podem tender.

Sabe-se também da limitação deste trabalho: apresentamos algumas iniciativas do Biblioteca Falada, mas sabemos que, em uma perspectiva universalista, mais formatos acessíveis e outros recursos de acessibilidade deveriam ser considerados para que todas as pessoas tenham acesso à informação e à comunicação, não apenas os relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência visual. De forma geral, a busca por uma transformação social cabe também à comunicação, a qual, nestes casos apresentados, dá-se pela troca, para a construção de conhecimentos e de produtos midiáticos acessíveis.

## Referências

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 16452: Acessibilidade na Comunicação – Audiodescrição**. Rio de Janeiro, 2016.
- BALSEBRE, A. A linguagem radiofônica. In: MEDITSCH, E. (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis, SC: Insular, 2005.
- BRASIL, Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.
- ELLIS, K.; KENT, M. **Disability and New Media**. Nova Iorque: Routledge, 2011.
- FERRAZ, R. **Acessibilidade na Web: Boas práticas para construir sites e aplicações acessíveis**. São Paulo: Casa do Código, 2020.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Trad. Darcy de Oliveira. (1ª ed. publicada em 1968). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GARCÍA MUÑOZ, O. Lectura Fácil: accesibilidad a los contenidos escritos. In: JIMÉNEZ MARTÍN, D. (coord.). **Madrid Accessibility Week: compartiendo accesibilidad edición 2014**. Sevilla: Unia, 2015, p. 153-157.
- GESSER, M.; MORAES, M.; BOCK, G. L. K. Ensino, pesquisa e extensão no campo da deficiência: propostas emancipatórias. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020, p. 73-91.
- GRECO, G. M.; JANKOWSKA, A. Media Accessibility Within and Beyond Audiovisual Translation. In: BOGUCKI, L.; DECKERT, M. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Audiovisual Translation and Media Accessibility**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2020, p. 57-81.
- GRECO, G. M. The nature of accessibility studies. **Journal of Audiovisual Translation**, v. 1, n. 1, 205-232, 2018.
- GRECO, G. M. On Accessibility as a Human Right, with an Application to Media Accessibility. In: MATAMALA, A.; ORERO, P. (Eds.). **Researching Audio Description: New Approaches**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016, p. 11-34.
- JESUS, P. S. #PraCegoVer: um diálogo sobre redes sociais, deficiência visual e outras cegueiras. In: XIX ENCONTRO INTERNACIONAL VIRTUAL EDUCA, 19, Salvador, Bahia, 2018. **Anais [...]**. Virtual Educa, 2018. Disponível em: <<https://repositorial.cuaed.unam.mx:8443/xmlui/handle/20.500.12579/5279>>. Acesso em 30 mar. 2022.
- JESUS, P. S. Livros sonoros: audiolivro, audiobook e livro falado. 2011. **Bengala Legal [site]**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/livros-sonoros>>. Acesso em 25 jul. 2021.
- LEMOS, A. Mídia locativa e territórios informacionais. In: SANTAELLA, L.; ARANTES, P. (Orgs.). **Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir**, v. 1. São Paulo: Educ, 2008, p. 207-230.
- LÓPEZ VIGIL, J. I. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MACIEL, S.; OLIVEIRA, G. F.; MAGALHÃES, G. M. Proposta metodológica de visita guiada

com Audiodescrição nos espaços físicos de uma rádio. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 16, 2022, Buenos Aires. **Actas** [...]. São Paulo: ALAIC, 2022. No prelo.

MACIEL, S.; SILVA, A. F. Mídia Sonora como Recurso de Acessibilidade para pessoas com deficiência visual. In: LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. ; VILLELA, L. M. (Orgs.). **Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior**. ed. ampliada e rev. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 59-72.

MACIEL, S.; CARUSO, F. N. O. Audiodescrição de personagens como recurso de acessibilidade à telenovela brasileira. In: VILLELA, L. M. (Org.). **Acessibilidade audiovisual: produção inclusiva nos contextos acadêmicos, culturais e nas plataformas web**. 1ª ed. Bauru: Canal6 Editora, 2017, p. 113-126.

MAIA, A. C. B. Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual. In: DAVID, C. M. *et al.* (Orgs.). **Desafios Contemporâneos da Educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 69-83.

MAIOR, I. M. M. L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inc.Soc**, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017.

MALULY, L. V. B.; VENÂNCIO, R. D. O. **Roteiros em Radiojornalismo**. Uberlândia, MG: UFU, 2018.

MARTINO, L. M. S. **Métodos de Pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

MIANES, F. L. Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades. In: CARPES, D. S. (Org.). **Audiodescrição: práticas e reflexões**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016, p. 10-21.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago (org.). **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Secretaria do Audiovisual/Ministério da Cultura, 2016.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, n. 7, p. 119-133, 2011.

ORERO, Pilar; MARTÍN, Carlos Alberto; ZORRILLA, Mikel. HBB4ALL: deployment of HBBTV services for all. In: IEEE International Symposium on Broadband multimedia systems and broadcasting, 2015, Ghent. **Proceeding** [...]. Ghent, BE: IEEE. Disponível em: <[https://oa.upm.es/41276/1/INVE\\_MEM\\_2015\\_228513.pdf](https://oa.upm.es/41276/1/INVE_MEM_2015_228513.pdf)>. Acesso em 11 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 20 ago. 2022.

VANDERLEI, D. R. *et al.* Acessibilidade e inclusão: projeto Biblioteca Falada e a audiodescrição de produções audiovisuais. **Revista Panorama**, v. 5, n. 1, p. 24-30, 2016.